



A guerra dos bastidores (1906)

Leandro do Carmo Quintão (IFES)



Capa da *Revista da Semana* de 1907, nº 275, p. 3, a respeito do nascimento da candidatura Afonso Pena. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

O Presidente Rodrigues Alves planejava indicar seu sucessor. Mal sabia ele que isso criaria grande descontentamento nas principais oligarquias dominantes da Federação, a saber: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Sondagens, tensões, articulações e diversas trocas de missivas marcaram a indefinição da candidatura oficial, que variou de temor de novas revoltas ao consenso de uma chapa única. Verdadeira guerra de nervos, e tudo nos bastidores!

Rodrigues Alves foi escolhido como candidato oficial a partir do empenho de Campos Salles, já quando a candidatura do conselheiro estava bem encaminhada. Embora ambos fossem paulistas e ligados às elites econômicas do estado natal, possuíam naturezas políticas distintas. Salles fora republicano histórico enquanto Alves, um conselheiro do Império. Embora o ex-monarquista não fosse a preferência do velho republicano, este conseguiu monopolizar para si os louros da indicação e da vitória da candidatura de seu sucessor.

Mal havia se passado o primeiro biênio do mandato de Rodrigues Alves, iniciaram-se as especulações acerca de quem seria seu provável sucessor. Essa era uma prática corriqueira na Primeira República, levando-se em conta as incertezas da impossibilidade de o presidente da República se candidatar à reeleição. Cabia a quem ocupasse o cargo, obviamente, o direito de interferir no processo, indicando um nome capaz de sucedê-lo. Destarte, o conselheiro paulista acreditava poder garantir a aceitação, por parte dos sortidos atores oligárquicos, de um candidato mediante mera imposição da Presidência, o que se refletiu na escolha de Bernardino de Campos, importante político paulista, em acordo com Jorge Tibiriçá, então Governador de São Paulo.

A definição da candidatura oficial ainda em 1905 garantiria, na visão de Rodrigues Alves, o atendimento ao desejo de seus aliados mais próximos, nas hostes do Partido Republicano Paulista (PRP). Em contrapartida, para os grupos políticos de outros estados, significava a perpetuação da elite paulista à frente do governo federal. Isso despertou sentimentos que variaram da aceitação, mediante o receio de se questionar o político ungido pelo Catete, à indignação, traduzida no lançamento de pré-candidatos, inclusive do então Vice-Presidente da República, o mineiro Afonso Pena.



Capa d' *O Malho* de 1º.7.1905, retratando a acirrada disputa em torno da presidência.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Contudo, antes que o processo sucessório ganhasse tons dramáticos e complexos, ele começou a ser deflagrado ainda em 1904, na visita que Rodrigues Alves fez a Minas Gerais para uma inauguração. Tal atitude era tida como a certeza do apoio do Catete à candidatura mineira do então vice-presidente, o que de forma nenhuma era o desejo da elite política paulista. Não por acaso, meses depois da visita, Alves, em correspondência escrita a Afonso Pena em março de 1905, justificava sua opção pela escolha do nome de Bernardino de Campos e pedia a seu vice o apoio, de modo a evitar divergências e animosidades na convenção republicana que deveria homologar aquele nome.

A preocupação nos remete a um importante personagem nesse processo: Pinheiro Machado. Senador gaúcho, ligado ao Partido Republicano Riograndense (PRR), principal partido do Rio Grande do Sul, Machado estava há 15 anos no Senado e já havia ocupado a presidência interina. Tinha em suas mãos o controle das oligarquias de pequenos estados, além do seu estado natal, o que o permitia sentir-se no direito de participar das decisões a respeito da sucessão presidencial e, devido à sua força, de causar certo temor nos atores que porventura tivessem seus interesses contrariados. Talvez por isso, na mesma carta dirigida a seu vice, Rodrigues Alves acusava Pinheiro Machado de tumultuar o processo, pois estrategicamente o senador gaúcho havia lançado a candidatura de seu amigo, o paulista Campos Salles, então ex-presidente e *persona non grata* por boa parte da elite política de São Paulo, por causa da impopularidade de seu mandato presidencial (1898-1902).

Surpreendentemente, a resposta de Afonso Pena a Rodrigues Alves, escrita poucas semanas depois, vibrou no mesmo diapasão de Pinheiro Machado. Não necessariamente pela mesma candidatura, mas no alerta que estava por trás da discordância que tanto Pena quanto Machado nutriam. Em ambos os posicionamentos, havia um duplo veto: à perpetuação dos paulistas na Presidência da República e ao desejo do Catete de controlar o processo sucessório.

A partir daí, o que se viu foi uma verdadeira guerra de bastidores. A similitude de Pena e Pinheiro Machado girava ao redor de uma unidade negativa, pois propunham candidaturas diferentes. Enquanto o primeiro buscava sua



Capa d'O Malho de 29.7.1905, nº 150, p. 1, anunciando a defesa da candidatura de Campos Salles por Pinheiro Machado. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

autopromoção, o segundo lograva complicar o jogo, dividindo o PRP ao lançar a candidatura de Campos Salles. Entretanto, ambos traduziam o veto de boa parte das oligarquias dos demais estados, que transitavam da aceitação da escolha proferida pelo Catete ao lançamento de candidaturas alternativas, de essência contestatória.

Caso paradigmático, o então Governador de Minas Gerais, Francisco Sales, admoestou Afonso Pena a ficar ao lado de Rodrigues Alves contra Pinheiro Machado, que insistentemente levantava o nome de Campos Salles para afrontar o ungido do Catete, pois para a autoridade mineira dentro da ordem constitucional não obteriam vitória contra o presidente. Nas eleições na Primeira República, era remota a possibilidade de vitória para o *status quo* governante, como ocorria no Império.

Não obstante, a dupla indignação com a atitude de Rodrigues Alves pelas tentativas de perpetuação da elite paulista à frente do governo federal e de protagonizar o processo de sucessão presidencial falaria mais alto do que o temor. Importantes oligarcas em seus estados participaram ativamente com opiniões e troca de missivas, muitos deles ocupando cargos no Congresso Nacional – como Bias Fortes e Feliciano Pena (Minas Gerais), Francisco Glicério (São Paulo), Lauro Muller (Santa Catarina), Leopoldo de Bulhões (Goiás) Moniz Freire (Espírito Santo), Nilo Peçanha (Rio de Janeiro), Pinheiro Machado (Rio Grande do Sul), Rosa e Silva (Pernambuco), Rui Barbosa (Bahia), entre tantos outros.

O nervosismo tomava conta em virtude das incertezas sobre qual seria a candidatura oficial, por mais que a Presidência da República já houvesse se posicionado. A convenção seria o palco para dirimi-las, a partir da decisão formalizada pelos grandes oligarcas, mas era preciso chegar ao evento com o nome já certo. Do contrário, temia-se que, com a vitória de Bernardino de Campos por imposição do Presidente da República, poderia haver revoltas e o próprio fim do jovem regime republicano: Bias Fortes falava em anarquia; Pinheiro Machado, em revolução. Os fantasmas da caótica primeira década republicana ainda estavam no imaginário das elites políticas, sendo alimentados por levantes militares na capital federal, em 1904.



Imagem: acervo da Biblioteca da Presidência da República.

Afonso Pena

Afonso Augusto Moreira Pena nasceu em Santa Bárbara do Mato Dentro, atual município de Santa Bárbara (MG), no dia 30 de novembro de 1847, filho de Domingos José Teixeira da Pena e de Ana Moreira Teixeira Pena. Bacharelou-se em Direito em São Paulo (1870). Em 1874, foi eleito pelo Partido Liberal para a Assembleia Provincial (1874-1878) e para a Câmara dos Deputados (1878-1884). No Império, foi Ministro da Guerra, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e do Interior e Justiça. Na Primeira República, foi presidente de Minas Gerais (1892-1894), presidente do Banco da República (1895-1898), senador estadual mineiro (1899-1902), vice-presidente da República (1902-1906). Faleceu em 14 de junho de 1909, durante o mandato presidencial.

A despeito desses temores, a elite mineira se conservava dividida. Os políticos mineiros da zona da mata viam com mais carinho a candidatura de Afonso Pena, enquanto os da região central preferiam Rodrigues Alves. Tal quadro aparentemente desolador desmente a visão tradicional de haver, no limiar do século XX, um Partido Republicano Mineiro (PRM) coeso e unido. De igual maneira, não foi impeditivo para que o Senador Bias Fortes, um dos principais representantes mineiros no Parlamento, houvesse percebido a força que seu estado tinha no Congresso, contrastando com a frágil situação econômica, em virtude da crise cafeeira que adentrou o novo século. Para ele, assim como para Pena, o protagonismo político de Minas Gerais no cenário nacional era inadiável.

Tal fragilidade seria motivo suficiente para que a corrente da deferência ao Catete vencesse a disputa no PRM, se não fosse um importante episódio: Campos Salles desistira oficialmente de sua candidatura, apesar dos esforços de Pinheiro Machado em sentido contrário. Por mais que o oligarca gaúcho não visse com simpatia uma “República de Conselheiros”, ou seja, governada por ex-monarquistas, não encontrou alternativa para enfrentar a vontade advinda do Catete: aproximou-se de Afonso Pena. Ao fim e ao cabo, o senador gaúcho tornava-se o fiel da balança do dividido estado que, se unido, poderia ser o fiel da balança na Federação brasileira, segundo aceção de Bias Fortes. A reboque vieram o Exército, ressentido com o presidente da República pela dura repressão de 1904; a oligarquia baiana, que havia desistido de lançar o nome de Rui Barbosa, em muito pela falta de apoio; e o próprio Campos Salles, em atitude simbólica de renegar seus correligionários do PRP, apoiadores do nome de Bernardino de Campos.



Banquete oferecido pela Colligação aos Drs. Afonso Penna e Nilo Peçanha, futuros presidente e vice-presidente da Republica

Revista da Semana de 1905, nº 284, p. 4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



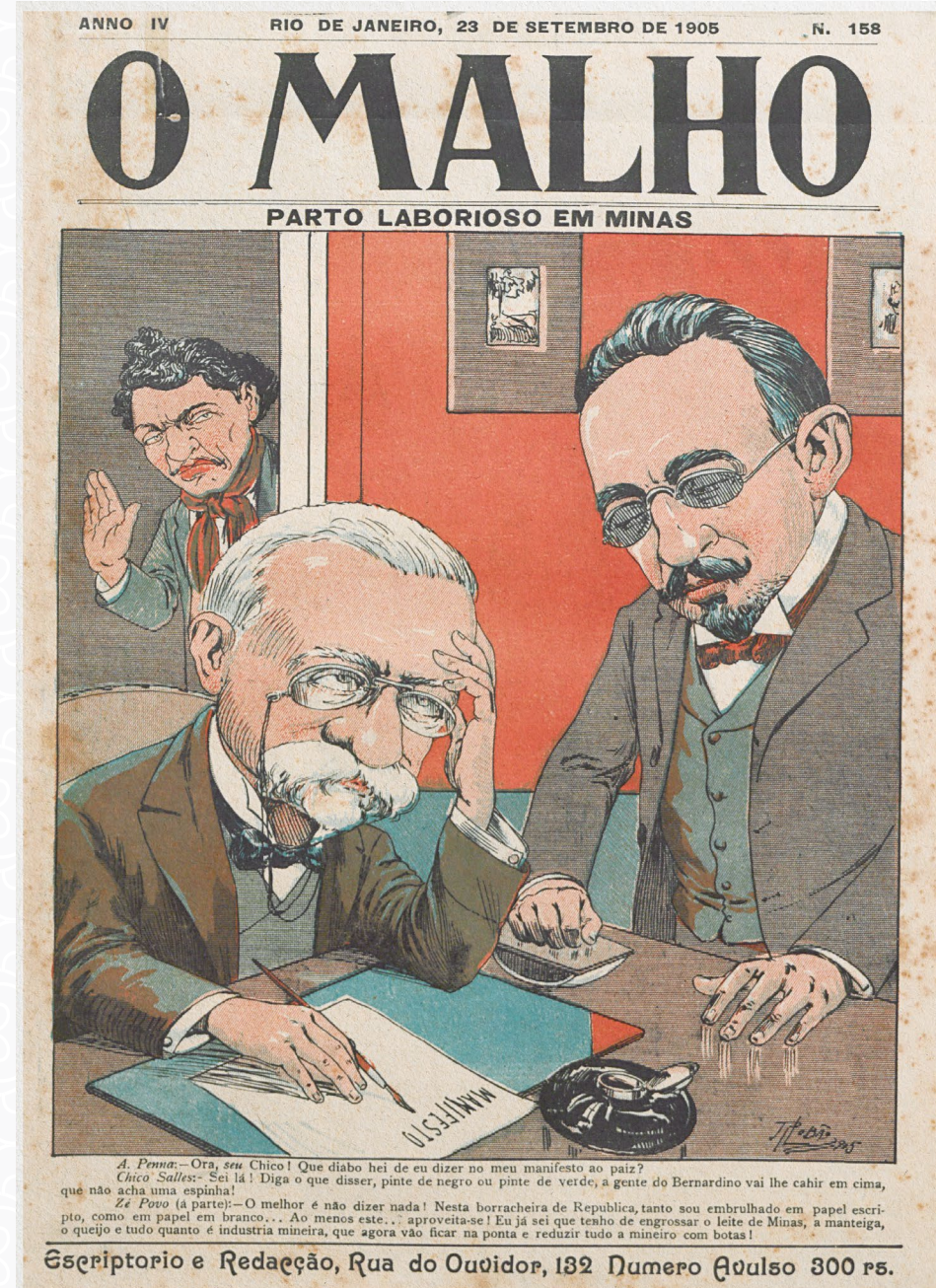
As delicadas negociações envolvendo os três principais representantes, Afonso Pena, Rui Barbosa e Pinheiro Machado, formaram a Coligação ou o Bloco, como ficou conhecida essa aliança entre os três grandes estados (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia). Elas foram suficientemente rápidas para ludibriar os paulistas, inviabilizando qualquer resposta eficaz por parte dos mesmos. Como agravante, uma sucessão de equívocos se deu, a começar pela tentativa fracassada do então Senador Francisco Glicério de “ressuscitar” a candidatura de Campos Salles, atitude que nem atraiu Pinheiro Machado, outrora exímio defensor, nem ganhou adeptos no PRP. Ela foi coroada com a má recepção de São Paulo no bloco da candidatura oficial, fato ocorrido com a adesão do próprio Glicério entre outros poucos expoentes do seu partido.

Ao fim e ao cabo, os paulistas estavam isolados e só poderiam optar pelo apoio direto, pelo apoio velado, ou pela ferrenha oposição ao Bloco. Como mal menor, optaram pela segunda opção.

Com a aliança formada, o nome de Nilo Peçanha, oligarca fluminense, foi o aprovado para a composição da chapa na vice-presidência, incorporando a elite política daquele estado. Adiante, vieram os protocolos de uma convenção enfadonha, que procurava mostrar à sociedade alguma coesão, mal disfarçando a renhida disputa que isolou a elite política paulista do poder de escolha.

Consequentemente, as eleições ocorreram com tranquilidade em março de 1906, sendo os nomes de Pena e Peçanha sufragados por respectivamente 97,92% e 92,96% dos eleitores. Outros nomes apareceram nas urnas, como o do Senador Lauro Sodré, mas eles sequer haviam se colocado para a disputa. Não houve contestação, nem ruptura política grave.

À maneira de uma pequena conclusão, algumas características do pleito eleitoral de 1906 devem ser mencionadas. A primeira diz respeito ao peso da questão econômica no processo eleitoral. Pela visão tradicional, o candidato de Rodrigues Alves manteria o Estado longe dos interesses cafeeiros, à espera de uma política de valorização do produto, então em queda, enquanto Afonso Pena seria o defensor



O Malho de 1905, nº 158, p. 1. Afonso Pena, Nilo Peçanha e os dilemas da política.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

in natura das vozes que clamavam por tal política. Diferentemente do que muitos estudiosos interpretaram, a candidatura de Bernardino não representava omissão do governo federal ante os problemas cafeeiros, conforme ficou esclarecido na entrevista que dera ao jornalista Alcindo Guanabara, em 1905. Por sua vez, Afonso Pena não contraiu nenhum compromisso com a questão cafeeira para angariar o apoio do setor, muito menos com o paulista, que somente o apoiaria após a desistência da candidatura de Campos. Portanto, a questão não passava pelo crivo econômico com a ênfase que sempre foi dada. Ela não era programática.

Isso remete ao segundo ponto: a própria natureza da composição do Bloco. Não é possível encontrar nela respostas para algum tipo de aliança pautada por questões econômicas. Como apresentado, a formação dessa coligação de forças ocorreu como duplo veto: à tentativa da permanência dos paulistas à frente do Catete; e a própria tentativa do presidente da República em controlar o processo sucessório, excluindo os interesses das oligarquias de diversos estados. Assim sendo, é possível afirmar que havia uma unidade negativa em torno de um veto à atitude presidencial.

Outro ponto interessante tem a ver com o divisor de águas que representou o ano de 1905. A partir daí, as sucessões presidenciais passariam a ser mais negociadas, sob a linha tênue entre o consenso e a dissidência no seio das principais oligarquias estaduais. Prova disso é que a *Coligação*, que reunia Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, foi exclusiva para aquele processo eleitoral e não impediu outras tentativas do Catete em monopolizá-lo. Rui Barbosa, nesse sentido, foi enfático ao afirmar que ela não se traduziu em avanço democrático, havendo apenas a troca de um mecanismo oficial por outro.

Isso ficou comprovado nos anos seguintes, quando Afonso Pena agiu no mesmo sentido que Rodrigues Alves, tentando indicar David Campista como seu sucessor. Logo, as sucessões presidenciais da Primeira República ocorreram via acordos efêmeros de estabilidade, o que, em certo sentido, não impediu a crise dos anos 1920 e a posterior debacle desse modelo político, em 1930.



O Malho de 1905, nº 158, p. 28. Ciranda política: o bloco exclui os paulistas.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Sugestões de leitura

ABRANCHES, Dunshee de. *Como se faziam presidentes: homens e fatos do início da República*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973. (Documentos brasileiros, v. 160).

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB: Livre Expressão, 2004.

CARONE, Edgard. *A República Velha: 2: evolução política (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1983.

KUGLEMAS, Eduardo. A Primeira República no período de 1891 a 1909. In: BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Pioneira, 1973. (Biblioteca Pioneira de ciências sociais).

LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986. (Coleção documentos brasileiros, v. 200).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

PIRES, Aloildo Gomes. *Eleições presidenciais na Primeira República: uma abordagem estatística*. Salvador: Tipografia São Judas Tadeu, 1995.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil republicano, v. 1).

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, p. 39-56, 1995.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo oligárquico com sotaque mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 42, p. 95-109, 2006.

WIRTH, John. Minas e a Nação: um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: O BRASIL republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. v. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (Coleção História geral da civilização brasileira, t. 3).

